



## Boletim Nutrindo a Mudança – JANEIRO DE 2023

### A fome dos habitantes das Américas e a voracidade dos controladores das Americanas

Por Susana - C. P. C. A. P. V. e MUDA-SP

Foi com lágrimas nos olhos que muitos de nós viram Lula subir a rampa do Palácio do Planalto, caminhando ao lado de um conjunto de pessoas que simbolizam a população brasileira - como o cacique Raoni e a catadora de materiais recicláveis Aline Sousa -, no dia de sua posse como presidente do país pela terceira vez. Depois de tantos anos de destruição social e ambiental, parecia que iríamos voltar a respirar e a tomar fôlego para a imensa tarefa de reconstruir nossa estrutura pública.

Naquele momento, ninguém imaginava que, uma semana depois, a mesma rampa seria alvo de um grupo de pessoas muito diferente: milhares de golpistas que, vestidos de verde e amarelo, invadiram e saquearam os edifícios dos três poderes da República, deixando um registro de violência contra o patrimônio público simbólico da nação que é inédito na nossa história.

A fratura que o país sofreu, tendo uma parte expressiva de sua população se voltado radicalmente contra os nossos princípios democráticos, a partir de uma rede de manipulação de caráter fascista, voltou a ser exposta, mas, dessa vez, com uma ferocidade que deixou o mundo atônito.

A América Latina tem uma história trágica de violência e de golpes. Desde a dizimação dos povos originários, iniciada há mais de 500 anos atrás, até as ditaduras sanguinárias que irromperam no século passado em muitos dos países que formam o continente, temos sido alvo de uma disputa internacional para controlar nossos recursos materiais e nossas subjetividades. E o Brasil, país que exterminou boa parte de sua população indígena, que foi o último a abolir a escravidão e que ficou várias décadas sob o domínio militar ditatorial, nunca acertou as contas com seu passado. Esse é um dos fatores que explicam porque entramos em 2023 com uma manifestação golpista violenta e com uma parte expressiva da população exposta à fome e à intolerância.

Sim, o país que "alimenta o mundo" e que é um exemplo de "convívio cordial" está faminto e em guerra interna. Enquanto o Agronegócio se une à onda fascista, batendo recorde de produção de commodities e de lucro e financiando a organização golpista, a agricultura familiar agoniza, a comida some da mesa das famílias na mesma velocidade com que os preços nos mercados disparam e nós nos deparamos na internet com imagens de crianças Yanomami com metade do peso que deveriam ter. É a estrutura colonial secular, escravocrata e autoritária, reverberando em pleno século XXI.

### O drama em números; por trás deles existem pessoas reais, como eu e você

Para ilustrar o cenário trágico que vivemos, dois relatórios recém lançados são fundamentais. Um deles mostra que é justamente nas Américas do Sul e Central e no Caribe que o custo de alimentos considerados saudáveis é mais alto. Intitulado [Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe](#) e produzido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP na sigla em inglês) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o documento mostra que a região tem um custo médio de

uma dieta saudável de cerca de US\$ 3,89 - o mais alto do planeta e consideravelmente superior à média global, que é de US\$ 3,54.

Nas palavras de Rossana Polastri, integrante de umas das organizações que coordenou o relatório, a situação de carestia "afeta particularmente as populações vulneráveis, pequenos agricultores, mulheres rurais, indígenas e afrodescendentes, que destinam uma porcentagem maior de sua renda para a compra de alimentos". Podemos perceber que, "coincidentalmente", trata-se dos mesmos grupos que têm sido vítimas seculares de opressão e que, sob o governo agrofascista de líderes como Bolsonaro, se tornaram novamente vítimas de um verdadeiro genocídio. Como resultado, vemos o aumento da fome, da insegurança alimentar e da desnutrição, com 40% da população da região sem condições de ter o pleno acesso a uma alimentação saudável - uma porcentagem bem acima da média internacional, que é de 29%.

E, se falamos dos setores da população mais oprimidos, precisamos também falar dos setores opressores e aqui entra o segundo relatório que mencionamos: [A "sobrevivência" do mais rico – por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades](#). Elaborado pela Oxfam e lançado no momento em que era realizado o Fórum Econômico de Davos 2023, ele revela que, "desde 2020, o 1% mais rico se apropriou de quase dois terços de toda a nova riqueza", o que significa que "Cada bilionário ganhou cerca de US\$ 1,7 milhão para cada US\$ 1 obtido por uma pessoa dos 90% mais pobres".

No panorama nacional, nos deparamos com os seguintes (e chocantes) dados: "Os 3.390 indivíduos mais ricos do Brasil detêm 16% de toda a riqueza do país, mais do que 182 milhões de brasileiros (85% da população)". Atenção, não estamos falando do 1% mais rico, estamos falando do 0,0016% mais rico! São apenas 3390 pessoas! Se o planeta sente o peso da desigualdade socioeconômica, o Brasil é um exemplo de como ela pode ser cruel. Realmente, não é à toa que somos uma das nações do mundo em que existem mais dificuldades para que a população tenha acesso aos alimentos saudáveis, como revela o primeiro relatório mencionado neste artigo.

Voltando ao relatório da Oxfam, ele não se limita a trazer os dados detalhados da concentração de renda no globo, mas revela um caminho para que ela possa ser revertida: um aumento na tributação dos super-ricos, medida que, sozinha, já seria capaz de atenuar essa gigantesca assimetria. Como sugestão prática, propõe que seja criado um "imposto de até 5% sobre os super-ricos", já que, com ele, seria possível "arrecadar US\$ 1,7 trilhão por ano, o suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza". Se, para você, 5% parece uma taxa perfeitamente razoável a ser paga por alguém que seja dono de uma fortuna "ingastável" de dezenas ou até centenas de bilhões de dólares, o que essas próprias pessoas super-ricas devem achar da proposta?

Uma carta aberta com o título [O Custo da Riqueza Extrema](#) - assinada por 205 milionários e bilionários de 13 países - foi lançada para solicitar que pessoas como eles comecem a pagar mais impostos. Significativamente, o documento, que é dirigido às lideranças políticas dos países que estavam presentes no Fórum Econômico Mundial, não é assinado por nenhum brasileiro, mostrando como nossa elite não sente desconforto nenhum em acumular suas fortunas frente à crise de fome que estamos sofrendo. E aqui voltamos nós para nossa América Latina e sua tradição de exploração desmedida, em que uma pequena parte dos habitantes se sente dona de nosso patrimônio e não vê limites para dispor dele como bem entender, mesmo que viole qualquer código ético ou mesmo legal.

### **Fraude pouca é bobagem, a conta sempre é paga pelos que têm menos**

E foi mesmo em nosso território latino americano que um dos maiores escândalos financeiros acabou estourando. Se as Lojas Americanas começaram suas atividades no Brasil em 1929 com o slogan "nada além de 2 mil réis", devido aos preços baixos dos produtos que ofereciam, este ano, seu presidente, que estava há pouquíssimo tempo no cargo, veio a público para anunciar sua renúncia frente à constatação de que havia um rombo de 20 bilhões nas contas da empresa.

Seria muito complicado descrever tudo o que se passou na história das Americanas entre os "2 mil réis" e os 20 bilhões, mas podemos dizer que um dos seus atuais donos é justamente o homem mais rico do país e que, para pessoas como ele, as regras do tal mercado são extremamente maleáveis, diferentemente do que ocorre comigo e com você, meros pés-rapados frente a tamanha fortuna. É essa elite formada pelos nossos super-ricos que grita contra o aumento de recursos que o novo governo

propõe para combater a fome no país, hasteando as bandeiras da austeridade e da meritocracia, que ela prega que deveriam reger nossa sociedade para evitar um rombo nas contas públicas.

No caso das Americanas, o rombo se mostrou maior do que os 20 bilhões anunciados e ela entrou com um pedido de recuperação judicial no valor de 43 bilhões. São cerca de 16.300 credores, boa parte deles composta de fornecedores de produtos e serviços - que há muito vêm sofrendo com a forma predatória que a empresa usa para fazer os pagamentos do que compra e revende e do que terceirizou, como entregas e armazenamento. Também há os pequenos acionistas, que viram seus papéis virarem fumaça do dia para a noite, levando embora economias que poderiam ser o resultado de anos de investimento, já que os próprios donos da empresa andaram se desfazendo de um volume expressivo de suas ações alguns meses antes do escândalo vir à tona. E, além dos credores, toda uma rede de funcionários diretos e indiretos está sujeita ao caos financeiro gerado pela administração - são dezenas de milhares de pessoas que podem entrar para a lista dos esfomeados que o Brasil coleciona.

A falta de escrúpulos dos donos das Americanas é mais do que evidente - já que se descobriu que houve fraude por muito tempo nos balanços financeiros - e deixa nítido o oportunismo e a hipocrisia dos tais defensores do neoliberalismo, ao vociferarem contra a corrupção do poder público, [exigindo a privatização de empresas estatais](#) lucrativas e estratégicas para o nosso desenvolvimento. Seu discurso referente a não intromissão do Estado no funcionamento de economia está na raiz da atual fissura que sofremos no país, em que uma parte de seus habitantes se julga no direito de destruir as sedes dos três poderes em Brasília para que o suposto "comunismo" não domine nosso território.

### **Desnutrir a desigualdade para nutrir quem não tem o que comer**

De volta ao tema da alimentação saudável e seu atual custo proibitivo, podemos perceber que ele é interessante para as grandes varejistas, como as Americanas, já que elas comercializam amplamente os produtos alimentícios ultraprocessados, nutricionalmente vazios, e que estão sendo cada vez mais consumidos pela população empobrecida do país, ao terem seus preços reduzidos frente aos alimentos in natura, como legumes, frutas e até mesmo o nosso feijão com arroz. Ponto para o agronegócio produtor de commodities, que cultiva soja, milho e cana, ingredientes básicos para a grande indústria alimentícia produzir suas "calorias vazias", repletas de óleo, sal, açúcar e aditivos!

No livro A Queda do Céu, Davi Kopenawa Yanomami descreve como a sociedade dos homens brancos está destruindo as bases da vida com seu culto à mercadoria. A crise de fome sofrida hoje pelo povo Yanomami se deve tanto a essa destruição de seu ambiente natural, como à transformação do que deveria ser um direito, o alimento, em um produto mercadológico, a ser comercializado nas grandes redes varejistas, como as Americanas, engordando o patrimônio dos já multimilionários.

Um símbolo do abismo entre a massa empobrecida da população e quem está surfando na onda neoliberal foi lançado esses dias por uma rede de fast-food de Mato Grosso, estado que tem no agronegócio uma fonte pungente de integrantes para a elite brasileira. [Trata-se de um "donut" feito com ouro, vendido por R\\$ 100,00 a unidade](#). É uma punhalada no peito de qualquer pessoa que tenha o mínimo de sensibilidade social, já que é devido ao garimpo em busca de ouro na Amazônia que o povo Yanomami está sendo dizimado, vítima da contaminação por mercúrio e da fome.

É a Bigfarm dos latifúndios monocultores dando as mãos para a Bigfood da indústria alimentícia e da rede varejista para nutrir a brutal desigualdade que rasga nosso país de ponta a ponta, usando meios materiais, como a produção da soja que destrói nossos biomas, e meios "imateriais", como as transações financeiras feitas pelos controladores das corporações.

Em meio ao nosso território das Américas do Sul e Central, tão castigadas pelos 5 séculos de colonialismo e imperialismo, o caso escandaloso das Americanas mostra que fraude e fome são dois lados de uma mesma moeda viciada.

Que o novo governo tenha forças para transformar essa estrutura, criando instrumentos para equilibrar a balança entre quem tem a mais e quem tem a menos, através de impostos sobre a renda e de políticas que fomentem a agricultura familiar de base agroecológica, a reforma agrária e o acesso massivo ao alimento, que, ao contrário do que a sociedade branca neoliberal propaga, não poderá jamais ser considerado uma simples mercadoria.

## Saber Funcional

### Vamos aproveitar as férias escolares para incluir as crianças em nossas práticas culinárias

Por Valéria Paschoal - VP Consultoria Nutricional

Janeiro é um mês que carrega consigo uma esperança de mudanças positivas para as nossas vidas, pois, há a passagem de ano e, com isso, novas metas surgem. E uma prática que nunca deveria ter sido substituída é a prática de cozinhar as nossas refeições. Esse momento é importante porque envolvemos aqueles que amamos para participar, principalmente, as crianças.

Por ser o mês de férias escolares, é importante incluirmos os pequenos em nossas práticas culinárias, ensinando-os a ter mais autonomia e melhorando suas escolhas alimentares futuras. Somente assim conseguimos diminuir o consumo de fast-foods, comidas prontas e aumentar o consumo de alimentos in natura, descascando mais e desembalando menos.

Nesse período também podemos ensinar às crianças sobre os alimentos da safra, aproveitando para ofertar mais sabor e contribuir com maior oferta de valor nutricional à alimentação deles, em preparações rápidas, fáceis e saborosas.

A começar com as frutas mais azedas, o maracujá faz parte das frutas da safra de janeiro, sua polpa é rica em vitamina C, fibras, cálcio, fósforo. E inclui-la na alimentação da criança pode ser mais fácil que imagina. Por exemplo, uma mousse de maracujá, delícia mais do que saudável.

#### Mousse de maracujá

##### Ingredientes:

1 inhame  
1 maracujá  
1 banana  
suco de 1/2 limão

**Modo de preparo:** Descasque e cozinhe o inhame na pressão por mais ou menos 10 minutos. Depois que o inhame esfriar, bata todos os ingredientes com mixer e coloque em um pote com tampa e leve para gelar. Deixar gelando por 4 horas.

## Já Mudou!

### A marcha camponesa contra a fome segue firme; MPA completa 27 anos de luta do campesinato

Por Mateus Quevedo MPA Brasil | Salvador (BA)

Em seus 27 anos, Movimento dos Pequenos Agricultores defende a produção de alimentos saudáveis alinhado a conservação ambiental. Confira entrevista com Anderson Amaro, dirigente nacional do MPA

A história de resistência dos camponeses e camponesas do Brasil ganhou novo contorno desde que o Movimento dos Pequenos Agricultores nasceu, em 1996. Na época uma intempérie climática fez com que mais de 15 mil pessoas ocupassem as margens da BR 376, no RS. Uma seca havia assolado a região e não haviam respostas por parte dos governos. Isso somado ao esgotamento do modelo sindical à época e entrada cada vez mais ofensiva do neoliberalismo na economia brasileira culminou no nascimento deste pequeno gigante.

Depois de 27 anos, o Brasil não é mais o mesmo, mas a questão climática e a falta de políticas públicas estruturantes para o campesinato não estão muito diferentes daquela época. Com os governos Lula e Dilma, o campesinato brasileiro experimentou um Estado mais condescendente ao combate à fome, e por consequência, políticas públicas voltadas à produção de alimentos desde a agricultura familiar camponesa foram determinantes. Depois dos ataques ao Estado Democrático de Direito resultando na ascensão da extrema direita o que já era pouco, tornou-se em penúria.

Segundo Amaro, hoje “o MPA se coloca com firmeza junto à sua base social e ao Estado brasileiro, em um momento que a extrema direita tenta avançar no Brasil e no mundo, com nossos valores, princípios e nossas principais bandeiras de luta que se traduzem na produção de alimentos saudáveis para contribuir no combate à fome no nosso país, essa é a nossa centralidade.”

Para o dirigente nacional do MPA, Anderson Amaro, o agronegócio é um dos principais responsáveis pelos ataques à democracia e o desmanche das políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos, o PPA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE. “A elite agrária, uma ala bem atrasada da elite brasileira, que se apresenta como agronegócio é excludente na sua origem, pra eles não é factível os trabalhadores, os camponeses tenham acesso a direitos, a alimentação orgânica, agroecológica.”

### Produzir alimentos saudáveis e preservar o meio ambiente

A luta por políticas públicas para a produção de alimentos saudáveis torna-se, então, necessárias para estruturar o combate à fome. Anderson lembra a forte estiagem que a região sul do país está enfrentando, principalmente o estado do Rio Grande do Sul. “Só medidas paliativas não são suficientes porque a gente vê que isso é uma tendência das mudanças climáticas e precisamos debater de forma mais estratégica uma forma de conviver com a natureza e compreender estes fenômenos”.

“Nós do MPA temos, ao longo da nossa história, elaborado propostas que contribuem com essa realidade e colocado à disposição do estado, porque é quem deve cumprir seu papel na construção de políticas públicas que dialoguem com esta necessidade”, lembra. Uma das iniciativas construídas pelo Movimento foi o conceito de ALIMERGIA, que reúne em sua exegese a produção de alimentos e de energia em sinergia com o meio ambiente.

“Estamos vivendo um momento de desequilíbrio ambiental e a forma como o Estado brasileiro tem se comportado em relação a produção de alimentos tem muito haver com isso, inclusive essa ganância do agronegócio, das madeireiras e das mineradoras têm ajudado nesse processo”, denuncia Amaro. Quando questionado sobre as políticas públicas existentes Anderson é enfático: “O PRONAF é importante, mas ele somente não é suficiente, uma vez que o campesinato mais empobrecido não está contemplado, quando acontecem estiagem ou chuvas muito severas, eles são os mais atingidos”. Segundo ele é preciso uma estratégia de comercialização, de compras públicas de alimentos, garantindo um fluxo de investimento na produção de alimentos saudáveis.

### Agronegócio é golpe

Anderson também denuncia a violência política contra movimentos camponeses, fora os ataques à democracia que ganharam notoriedade internacional, recentemente dois dirigentes do MPA sofreram violência. Frei Sérgio Gorgen foi ameaçado de morte por um vereador no Rio Grande do Sul e um casal de militantes do Movimento em Santa Catarina, Edenilson e Cristina, sofreram um atentado com disparos de arma de fogo contra a residência da família em Canoinhas nos primeiros dias do ano.

A preocupação é conhecer quem está por trás disso e quem se beneficia dessa violência e quem a estimula, os ataques estão ligados à extrema direita e o agronegócio é um forte estimulador dessa forma de coerção. Há denúncias, inclusive, de que empresários do agronegócio financiaram os acampamentos golpistas e os ataques em Brasília (DF).

“O agronegócio se vê como principal agente produtivo do país, o que não é verdade, e se diz independente, mas, isso também não é verdade. Existe um braço brasileiro que garante investimento, seja por subsídio milionários e juros zero, ou por leis que os beneficiam, como a lei Kandir, por exemplo.

Então o agronegócio se acha detentora de todo direito de terra, de políticas públicas, de subsídio, e não aceita qualquer subversão disso”, completa.

Ele lembra o volume de agrotóxicos liberados por Bolsonaro, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022 foram 2.030 agrotóxicos liberados pelo governo. “Mas no relatório dos gastos com o cartão corporativo estão lá registros de que Bolsonaro comprava alimentos orgânicos, é isso que eles querem, converter o que seria um direito de todos, que é ter alimentos saudáveis, em algo nichado, e o que nós estamos propondo é uma virada de chave, uma mudança na base produtiva”, denuncia e anuncia. “É por isso que eles defendem as ações golpistas, porque eles não querem a mudança desse paradigma, não querem a mudança de matriz tecnológica, querem voltar a fazer a velha política agrária”, continua.

A sociedade precisa defender a produção de alimentos saudáveis

Para Amaro o grande desafio do Movimento nestes próximos períodos é garantir que a sociedade entenda a luta dos camponeses e camponesas e abrace a causa da produção e fácil acesso aos alimentos saudáveis. “Estamos imbuídos do desafio de envolver e colocar a juventude como protagonista dessa construção, precisamos criar alternativas e políticas que garantam geração de renda pra juventude e que a gente possa ter no campo um trabalho digno e moderno, com acesso a tecnologia, que favoreça nossa produção agroecologia” apresenta.

Anderson lembra o III Festival das Sementes Crioulas e Feira da Agrobiodiversidade que o MPA realizou, junto de parceiros, no município de Jacobina, na Bahia. “Estamos construídos processos formativos, de debates com a parcela da sociedade, com a nossa base social que é muito feminina e jovem, no festival, por exemplo, tivemos expostas várias experiências produtivas, desde os desafios sobre a legislação das sementes crioulas, a importância delas para o combate à fome sobre esse tema e como isto está ligado ao modelo de campo que temos e o papel da juventude, das mulheres e também das crianças”.

Para Anderson um dos grandes feitos do MPA, na chegada de seus 27 anos é a preservação das boas sementes, as sementes de luta, de resistência, sementes crioulas guardadas de geração em geração. “As mulheres e os jovens são nossos melhores guardiões, assim como também nossos melhores semeadores, por isso nosso trabalho tem dado bons frutos”.

## Vamos Mudar?

### Como chegamos aos 570 pequenos indígenas mortos por negligência do governo Bolsonaro

Por Eliane Brum - Sumaúna

Na última sexta-feira, 20 de janeiro, nossos leitores acordaram com uma frase: [“Não estamos conseguindo contar os corpos”](#). O desabafo de um profissional de saúde que atua na Terra Indígena Yanomami, entre os estados de Roraima e Amazonas, se tornou o título da [reportagem](#) que revelou com exclusividade o número aterrador que passou a ser repetido por autoridades e imprensa brasileira e internacional: 570 crianças da etnia Yanomami morreram por causas evitáveis nos quatro anos do governo do extremista de direita Jair Bolsonaro, um aumento de 29%. Na tarde do mesmo dia, Lula anunciou que viajaria a Boa Vista, capital de Roraima. Na comitiva, a parentíssima Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas, e a presidenta da Fundação dos Povos Indígenas, Joênia Wapichana, entre vários ministros e autoridades. “Recebemos informações sobre a absurda situação de desnutrição de crianças Yanomami em Roraima. Amanhã viajarei ao Estado para oferecer o suporte do governo federal e, junto com nossos ministros, atuaremos pela garantia da vida de crianças Yanomami”, afirmou o presidente no Twitter. O Ministério da Saúde decretou então estado de emergência no território Yanomami.

Como uma plataforma de jornalismo, como **SUMAÚMA**, lida com uma reportagem como essa, entre a urgência e a delicadeza?



Acho importante explicar, porque isso mostra quem somos e como nos movemos, algo que nossos leitores precisam saber para fazer suas escolhas. [Nossa reportagem de estreia](#), no lançamento de **SUMAÚMA**, contava a [tragédia humanitária vivida pelo povo Yanomami](#), cujo território foi invadido por milhares de garimpeiros ilegais. Contava a partir do ponto de vista das mulheres, as mais invisibilizadas. Naquele momento, 13 de setembro, a editora de projetos especiais Talita Bedinelli conseguiu, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), dados alarmantes: os casos de malária, doença que se espalha no território com os garimpeiros, saltaram de 2.928, em 2014, para 20.394, em 2021; 46 crianças com menos de 5 anos haviam perdido a vida só nos primeiros 5 meses de 2022 pelo que as estatísticas chamam de “causas evitáveis” (falta de tratamento médico e prevenção) e 52,7% dos pequenos Yanomami com menos de 5 anos estavam desnutridos. As informações exclusivas também mostravam que, desde julho de 2020, polos de saúde que funcionam dentro do território Yanomami foram fechados por 13 vezes por conta das ações dos garimpeiros, deixando os indígenas sem atendimento médico. Depois desta reportagem de estreia, seguimos acompanhando de perto a escalada de violações no território. No início de dezembro, ainda no governo Bolsonaro, nossas fontes no território começaram a enviar fotos e relatos aterradores de crianças e velhos, especialmente, com desnutrição severa causada por fome, malária e outras doenças. As notícias das mortes eram constantes, o tom dos relatos, desesperado.

Como está muito difícil acessar a Terra Indígena Yanomami porque [os lugares mais atingidos são os mesmos que estão dominados pelo garimpo criminoso](#), jornalistas devem redobrar a atenção. Precisamos comprovar o que escutamos, em respeito aos fatos, ao leitor e especialmente às vítimas. Terras indígenas como a dos Yanomami, mesmo com autorização para a entrada, já são de difícil acesso porque são áreas de floresta, a maioria delas só acessíveis por avião ou barco. Quando ocupadas por criminosos com armas pesadas, se tornam quase inacessíveis. Assim, desde dezembro entrevistamos lideranças indígenas e profissionais de saúde e [agentes do Censo que atuam na região](#), para a composição de um quadro preciso e responsável do que já se desenhava como catástrofe.

Ao mesmo tempo, buscávamos autorização para cada uma das fotos que nos chegavam às mãos. Para os Yanomami, a imagem capturada em uma fotografia (*utupë*) é um dos componentes da pessoa. Quando um bebê, uma pessoa velha ou uma pessoa doente é fotografada, isso fragiliza ainda mais quem já está numa condição de grande vulnerabilidade. As consequências podem ser graves, já que, por ter sido fotografada ou filmada, a pessoa pode acabar indo para o mundo dos mortos. Jogar as fotos numa reportagem, mesmo que a intenção seja denunciar uma violação absoluta de direitos, não pode se tornar mais uma violação. Uma violência não nos autoriza a praticar outra. Ainda assim, é muito difícil sustentar a angústia de testemunhar a tragédia, ainda que pela voz de outros, e conter o desejo de berrar para o mundo ouvir. Sabemos, porém, que só quando é consistente o jornalismo consegue mover o que precisa ser movido.

Seguimos trabalhando. A indigenista, antropóloga e tradutora da língua Yanomami Ana Maria Machado conduziu a costura com diferentes lideranças, que nem sempre concordam uma com a outra. Enquanto isso acontecia, fotos foram jogadas na internet e rostos e corpos de Yanomami se espalharam pelas telas. Ana Maria e eu seguimos nosso trabalho de investigação, que perdurou pelo Natal e pelo Ano-Novo. Com um número de relatos de fontes consistentes, ainda que sem identificação porque correm risco de morte ou de perder o emprego, em 6 de janeiro Talita Bedinelli questionou o novo governo, para que revelassem os números oficiais atualizados. A resposta do Ministério da Saúde só chegou em 18 de janeiro, depois de muita pressão. A assessoria alega que responder rapidamente à imprensa será prática da nova administração, mas que a demora se deu por dificuldades na transição, já que a nova gestão acabou de assumir o ministério.

Jornalista experiente, Talita esmiúça os números do Datasus, sistema que agrega os dados de saúde do país, há quase 20 anos. Ao tabular os dados de 2022 enviados pelo MS e combiná-los com os dos anos anteriores, obtidos via Lei de Acesso à Informação, chegou ao número avassalador de 570 crianças com menos de 5 anos mortas por causas evitáveis nos quatro anos de Bolsonaro. Uma já seria inaceitável. Quinhentas e setenta é da dimensão do horror. Para além de expulsar os criminosos da Terra Indígena Yanomami e estancar a crise humanitária, é imperativo identificar e processar os responsáveis pela

negligência que levou a uma tragédia que tem as digitais de Jair Bolsonaro e de muitos membros de seu governo, assim como de oligarquias políticas e econômicas regionais.

Publicamos a reportagem na madrugada de 20 de janeiro com os rostos borrados, conforme foi acordado com as lideranças indígenas, para atenuar o impacto da divulgação da imagem na cultura Yanomami, por um lado, e, por outro, para proteger indígenas e profissionais de saúde de sofrer retaliações no território. Qualquer possível identificação pela roupa de técnicos, enfermeiros e médicos também foi borrada, num trabalho zeloso de nosso editor de imagens, Pablo Albarenga. Nenhuma reportagem é mais importante do que a vida das pessoas, mesmo que seja uma reportagem para denunciar uma tragédia que devora vidas.

É assim que **SUMAÚMA** faz jornalismo. Também é preciso dizer que esta foi a reportagem mais difícil que editei e ajudei a fazer desde o início de **SUMAÚMA**, que completou quatro meses de vida pública em 13 de janeiro. Apesar de conviver com as imagens e os relatos por quase dois meses, quando a editora Viviane Zandonadi montou a página, a alma asfixiou. Não foi possível dormir na noite de 19 para 20 de janeiro. E acredito que foi assim para muitos leitores que acordaram na manhã de sexta-feira com esses números, relatos e imagens. Vivendo na Amazônia, todo dia eu acordo e durmo me perguntando como é possível acordar e dormir enquanto horrores como esse acontecem ao redor. Desconheço a resposta, apenas me levanto e sigo.

**leia a reportagem completa:** [“Não estamos conseguindo contar os corpos”](#)

## **Brotar é Preciso**

### **Eossustentabilidade começa na primeira infância, apresentação do livro Crianças, bora comer!**

Por Conceição Trucom - Doce Limão

Sinto que escolher ser vegetariana e crudívora é uma decisão que só me traz benefícios; na essência, é um resgate da minha ligação com a Mãe Terra. Afinal, ser ecológico começa na reflexão sobre a própria despesa.

Ser vegetariano, felizmente, não é mais uma esquisitice nem excentricidade. Cresce o número de pessoas que buscam mais sintonia com a saúde e desejam ser mais amigáveis com os animais e o meio ambiente. São os seres ecológicos. Mas existe muito de idealismo e enganos, por isso é importante ter acesso a boas fontes de estudo e aprofundamento, para realizar uma acertada e proveitosa prática.

Porém, Crianças, vamos comer? pretende ir além do vegetarianismo, quando convida o leitor a refletir profundamente sobre eossustentabilidade e se compromete a ampliar os horizontes de pais, parentes e profissionais responsáveis pela alimentação e bom desenvolvimento das crianças, na difícil missão de nutrir, com alegria, prazer e inovação, as futuras gerações do nosso planeta.

No início deste projeto, achei que poderia simplesmente reunir fontes dispersas sobre o vegetarianismo, para facilitar e acelerar tal processo, e acrescentar os conceitos do crudivorismo. Ledo engano. O vegetarianismo mais comumente adotado no mundo apresenta falhas gritantes e não atende a uma proposta de nutrir sem passar pelos tradicionais distúrbios digestivos e metabólicos, como o elevado consumo de laticínios, açúcar, cereais refinados, pães, massas e doces, alimentos muito cozidos, processados, industrializados, aditivados etc.

Tendo constatado essa triste realidade, fiquei ainda mais determinada a dar os primeiros passos em direção a um livro pioneiro – ao menos no Brasil – sobre alimentação crua e viva para as crianças de todas as idades.

A primeira infância é o período em que a criança desenvolve todo o organismo. É também quando se constroem bases para grande parte da potencialidade humana, seja ela física, afetiva, psicológica ou, principalmente, espiritual. Os distúrbios que se iniciam nessa fase serão responsáveis por graves consequências para os indivíduos e as comunidades do futuro.

As crianças que chegam não vão transformar o mundo? Pois bem, para alimentá-las com fontes de elevado poder nutricional (estruturais) e energético (para lucidez, inspiração e propulsão), teremos de aprender sobre os alimentos crus e vivos, seu preparo e suas combinações para ensinar às crianças que



são mesmo gostosos e saudáveis, que essa alimentação vale a pena. Ou seja, a transformação do mundo começa ao nos transformarmos!

Não pretendo com esta obra catequizá-lo para o crudivorismo. Não tenho a intenção de que todo mundo venha a ser vegetariano ou que se alimente somente de vegetais crus e vivos, germinados e brotos. Minha pretensão é singela: fazer alertas e ampliar seus horizontes, opções, escolhas... Que se abram janelas da visão, olfato, tato, audição e paladar e todos possam conhecer novos caminhos, formas, cores, aromas e sabores. Reaprender a cultivar amores pela própria vida, por suas crianças, pelo planeta Terra!

No entanto, segundo levantamento realizado pelo Ministério da Saúde (1):

... o padrão de alimentação complementar – ao aleitamento materno – das crianças brasileiras é desfavorável: a alimentação é introduzida precocemente; a alimentação é monótona; o uso da mamadeira é muito frequente, mesmo entre as crianças amamentadas; os alimentos complementares não suprem as necessidades de ferro e, para as famílias de baixa renda (dois salários), não suprem também as necessidades de vitamina A.

Eu diria mais. Essa alimentação não supre as necessidades nutricionais básicas, numa fase em que elas são fundamentais para todos os sistemas vitais. Não supre as necessidades da saúde plena, do SER pleno. Ao contrário, é um verdadeiro gatilho para desencadear problemas de saúde, cada vez mais precocemente.

Assim, com singeleza (minha e, espero, de cada leitor), desejo que este livro seja presença constante na parte “crua” de cada lugar onde habitem ou transitem crianças de todas as idades. Mesmo que com os quitutes da alimentação crua e viva se misturem receitas da sua família, cultura ou cotidiano. Desse modo, tenho certeza de que a proporção “crua” em sua vida vai aos poucos ganhar mais espaço, luz, cor, sabor, respeito, valor e amor.

Compartilho o ensinamento do dr. Gabriel Cousens (2):

Os lucros produzidos pelo estilo de vida mundial, ou Cultura da Morte, estão em conflito direto com nossa capacidade de zelar por nossas crianças e por nós. A capacidade de amar e cuidar de nossos filhos e de nós mesmos é uma característica saudável da Cultura da Vida. [...] Indo mais fundo no aspecto psicoespiritual, ao contrastar a Cultura da Morte com a Cultura da Vida, o que tenho a dizer é que “para a alma faminta nunca há alimento suficiente”. A Cultura da Morte cria uma experiência espiritual ansiosa e vazia, que tentamos satisfazer com a comida vazia. A Cultura da Vida, desde o princípio, enche nossa alma de amor, carinho e respeito pela vida.

(1) Ministério da Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil, aleitamento materno e alimentação complementar. Caderno de atenção básica número 23. Brasília, 2009.

(2) Gabriel Cousens. A cura do diabetes pela alimentação viva, pp. 59, 68-69.

## Semeando

### **Agenda traz editais, carta pela compostagem, publicações e atividades de formação agroecológicas**

#### **Ações especiais, novidades e dicas:**

- No dia 27 de janeiro, às 16:30, vai ser realizada a 3ª rodada de discussões e encaminhamentos de propostas para PDE, Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, entre a equipe da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e o COMUSAN-SP – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo. A sociedade é convidada a acompanhar e participar, [através do link disponibilizado para o encontro](#). Para conhecer o Plano Diretor, [acesse este link](#).

- No dia 31 de janeiro, das 14 às 17 horas, haverá uma oficina de planejamento das atividades da iniciativa Diversidade à Mesa ciclo 2023. A ação promove formação para pessoas egressas do sistema prisional, para que possam atuar no setor da gastronomia e terem nova chance de inserção no mercado de trabalho. O encontro será no Auditório da Secretaria de Administração Penitenciária. Rua Líbero Badaró, 600. Centro, São Paulo/SP. Não há necessidade de inscrição, mas informações podem ser obtidas através do email [alcampos@sp.gov.br](mailto:alcampos@sp.gov.br)

- Você gostaria de inscrever sua organização no Sampa + Rural - Acelerando Hortas, porém tem alguma dúvida sobre o processo? No dia 02 de fevereiro, a partir das 16h, haverá uma live tira-dúvidas sobre o edital, acompanhe e pergunte tudo o que você quer saber sobre ele e o programa. A live será transmitida do Facebook e YouTube da ADE SAMPA, e você pode mandar suas perguntas através [deste formulário](#). Quer se inscrever no Programa? [Acesse este link](#).

- Está começando um novo ciclo na [CSA Comida da Terra](#), que irá de fevereiro a agosto de 2023, na expectativa de que seja mais um ciclo de abundância, diversidade, alimentação saudável e novos aprendizados. Quer saber mais, quer fazer parte? [Preencha o formulário](#), manda uma mensagem!

### **Publicações, cartas e manifestos:**

- São Paulo Composta e Cultiva cria carta ao governo federal: Com a eleição do presidente Lula, é necessário destacar a relevância da reciclagem dos resíduos orgânicos, pela compostagem e/ou biodigestão anaeróbia, dentro da gestão de resíduos sólidos urbanos. Com esse objetivo, nossa rede de 50 instituições apoiadoras construiu esta carta ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) com 3 itens prioritários para o governo avançar nessa agenda! Dada a necessidade de incidência rápida durante a fase de formação do governo, as assinaturas da carta estarão liberadas até 27/01/2023. Após esse período atualizaremos a versão final da carta com o nome de todas as instituições signatárias. Acesse a carta e assine no link: <https://forms.gle/YzS6ZGcs1Dk29pvd7>. Divulgue para seus parceiros e instituições também apoiarem!

- Está disponível para download gratuito o conjunto dos principais artigos publicados em 2022 pelos cientistas do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo. O conteúdo é voltado para pesquisadores, estudantes, trabalhadores da alimentação ou apaixonados pelo tema. Baixe o Anuário Nupens 2022 [aqui](#).

- [Propostas para uma política tributária de combate à fome, promoção da saúde e proteção do meio ambiente](#) - Neste resumo executivo ilustrado, a ACT Promoção da Saúde apresenta como a tributação favorece o consumo de ultraprocessados, com exemplos de distorções do sistema tributário atual. E apresenta também soluções para reverter este quadro, com base nos princípios da promoção da saúde, equilíbrio e justiça fiscal: criar estímulos para produção e comercialização de alimentos saudáveis e implementar medidas fiscais para desincentivar a produção e consumo de ultraprocessados.

- A [última edição da revista Radis publicou uma reportagem](#) sobre como comunidades camponesas, de agricultores familiares, tradicionais e povos indígenas buscam alternativas para sobreviver ao avanço do veneno e para construir outro modelo de agricultura. Ela expõe os dramas de alguns dos 30 casos de populações atingidas diretamente por agrotóxicos, como é o caso da comunidade de Jejum, no MT. Os quilombolas denunciaram a pulverização de agrotóxico ao lado de sua comunidade, apesar das normas estaduais que estabelecem uma distância mínima de 90 metros para aplicação. As denúncias raramente são ouvidas pelo poder público, e quase nunca há reparação para as vítimas. A matéria divulga o dossiê Agrotóxicos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, publicado em setembro de 2022 pela organização Terra de Direitos e pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos.

- Participação da sociedade é trunfo para combater atuação de grandes corporações na elaboração de políticas ambientais que impactam na segurança alimentar. Encontro promovido pela Conferência

Popular de SSAN e pela FASE debateu a agenda socioambiental das Conferências da ONU e os impactos na garantia ao direito humano da alimentação e [gerou um documento publicado pelas entidades participantes](#).

- Janeiro abriga o Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos, definido como o dia 11. O Brasil é o maior consumidor do mundo, com 3748 produtos tóxicos liberados. Além de chegarem até nós pelos alimentos contaminados também respiramos e ingerimos esses venenos pela água. Os agrotóxicos são usados, em sua maioria, nas plantações de grandes empresas do agronegócio, que visam o lucro acima da saúde. A agroecologia é o caminho para combater o uso desses venenos, que além da poluição, causam diversos efeitos negativos para a saúde humana, que vão desde doenças de curto prazo até vários tipos de câncer. Os prejuízos também são imensuráveis para plantas e animais que vivem nesse ambiente contaminado. Conheça mais sobre o perigo dos agrotóxicos [nos documentos produzidos pela FASE e parceiros](#) ("Agrotóxicos no Pantanal" e "O agro não é verde").

- O artigo [Desafios e Potenciais da Sociobiodiversidade do Estado de São Paulo: aspectos da produção](#) trata das possibilidades da conservação e uso da sociobiodiversidade, para que ela possa contribuir com a segurança e a soberania alimentar, com a redução das desigualdades sociais, e com a gestão territorial e o fortalecimento da governança na construção de políticas públicas, na busca pela melhoria da qualidade de vida, em sintonia com o conceito andino de Bem-Viver.

#### **Programas, webinars, lives e podcasts:**

- A nutricionista [Valéria Paschoal](#) segue divulgando as PANC em seu instagram. [Confira o post](#) que fala sobre a Stachys byzantina, uma Planta Alimentícia Não Convencional que é conhecida popularmente como peixinho da horta, orelha de lebre, pulmonária ou lambari. Ela pode ser usada de forma medicinal com potencial antidiabético, antiobesidade, antimicrobiano e potencial antioxidante, tem boa aceitabilidade tanto no paladar quanto no cultivo e seu consumo vem sendo popularizado na culinária brasileira, restaurantes, hortas orgânicas.

- Vale ver o programa [Semana da terra – As notícias ambientais em 1 minuto](#), feito pela ambientalista Cláudia Visoni com os principais destaques do setor em uma compilação pra gente saber, de forma ligeira, o que está rolando no país e no mundo.

- A fome no Brasil é presente mais entre os lares em que vivem crianças com menos de 10 anos, segundo o Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no contexto da pandemia covid-19. Para tratar do tema das crianças, fome e alimentação escolar, o [podcast Ciência da Fome](#) conversou com o teólogo Leonardo Boff, a nutricionista Vanille Pessoa (UFCG/PB), Mariana Sartorelli (FIAN-Brasil), além de Elena Pajaro Peres (USP), que comenta a obra de Carolina Maria de Jesus ("Quarto de Despejo").

#### **Matérias e reportagens:**

- Vale conferir a [matéria Cardápio infantil: a permanência de uma dieta indigesta](#), feita pelo O Joio e o Trigo. Nuggets, batata frita, bife e macarrão na manteiga: esses são os pratos mais comuns encontrados nos restaurantes para o "menu infantil". Frutas, legumes e verduras raramente constam no cardápio para os pequenos, mesmo em restaurantes renomados e inovadores. A reportagem revela que os pratos voltados para crianças passam longe do Guia Alimentar para a População Brasileira – com sua composição formada, muitas vezes, por ultraprocessados. Em 87,9% dos 74 pratos analisados de 46 estabelecimentos pelo Maternidade sem Neura, somente um ou dois grupos alimentares estavam representados – carboidratos e alguma carne. O problema, segundo a reportagem, não é exclusivo do Brasil.

- Um dos grandes desafios de Luis Ignácio Lula da Silva, que assumiu a presidência do Brasil em 1º de janeiro, será reduzir o uso indiscriminado dos agrotóxicos, intensamente promovidos pelo governo de seu

antecessor. Somente nos últimos quatro anos, 1.800 agrotóxicos foram introduzidos no mercado brasileiro, a maioria (59%) de origem chinesa, segundo dados de um novo [estudo](#) publicado na revista *Third World Quarterly*. Veja a matéria [Uso indiscriminado de agrotóxicos: desafio para o governo Lula](#) que traz mais informações sobre esse tema.

- Uma [matéria recém publicada](#) destaca uma plataforma internacional, chamada [CrowdFarming](#), que conecta cidades a produtores rurais de 12 países, atendendo meio milhão de consumidores e remunerando camponeses até cinco vezes mais do que atravessadores. Uma demonstração de que a tecnologia pode subverter lógicas predatórias no campo.

### **Chamadas, editais e atividades de formação:**

- Estágio de Vivência Agroecológica em CAJAMAR. Você já ouviu falar em Agrofloresta? É um jeito de preservar a natureza e produzir alimentos ao mesmo tempo. Quer saber como? Então participe do Estágio de Vivência Agroecológica no Assentamento do MST Dom Pedro Casaldaliga em Cajamar. Se [inscreva neste link](#), últimas vagas:

- O NEA-UFABC procura dois bolsistas de treinamento técnico e um bolsista de iniciação em extensão, para o projeto: Construção do Conhecimento Agroecológico no Grande ABC Paulista: Saberes, Movimentos e Práticas para a Transição Agroecológica no Cinturão Verde do Estado de SP. O projeto visa criar condições concretas para produção de conhecimento e fortalecimento da agroecologia e se organiza em quatro linhas de atuação: 1) Levantamento de ações, políticas e publicações em agroecologia na região do ABCDMRR; 2) Realização de um diagnóstico socioambiental e territorial em Diadema, Santo André e Ribeirão Pires, como suporte para a formulação de políticas públicas; 3) Realização de eventos para mobilização, formação e articulação de agentes trabalhando com agroecologia no território; 4) Comunicação, difusão e popularização dos temas do projeto. Para se inscrever a uma das vagas, indique seu interesse enviando histórico escolar, currículo e um texto de apresentação, entre 500 e 1000 palavras, que explicita teu interesse pela vaga, por meio do e-mail: [nea.ufabc@gmail.com](mailto:nea.ufabc@gmail.com) até o dia 27 de janeiro de 2023.

- Estão abertas as inscrições para o [Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais em Áreas de Proteção aos Mananciais do Município de São Paulo](#) - PSA MANANCIAIS, até o dia 7 de fevereiro. Serão selecionadas inicialmente 35 propriedades rurais localizadas em áreas de proteção aos mananciais da zona sul de São Paulo que atuam, em conjunto com as áreas protegidas paulistanas, como as Áreas de Proteção ambiental - APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia, garantir a conservação e recuperação dos serviços ecossistêmicos existentes nestes imóveis.

### **CSAção**

#### **Numa CSA o interesse é atender as reais necessidades de quem cultiva e zela pelo solo saudável**

Por Daniel Pestana Mota, diretor presidente da Associação Comunitária CSA Brasil

Muito têm se falado, já fazem algumas décadas, nos benefícios decorrentes da produção agroecológica, ou do cultivo e comercialização de alimentos orgânicos, em detrimento dos tradicionais métodos de agricultura que impactam o solo e a saúde das pessoas pelo menos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Nunca é demais lembrar que o excedente daquilo que fora utilizado na guerra enquanto armas químicas foi direcionado para uma suposta, e sempre duvidosa, melhoria das condições produtivas de solo e conseqüente fortalecimento, ainda que artificial, dos vegetais.

De qualquer forma, malgrado todos os senões, uma coisa é certa: um novo modo de plantio, onde a diversidade fora substituída pela eficiência, inaugurou e depois consolidou a maneira urbanóide de se produzir conhecimento direcionado ao espaço agrícola. E na esteira deste novo modo, também o cuidado

com as etapas subsequentes, o que vai do trato com a terra, a fertilização e adubação, passando pelo armazenamento e logística, sofreu impacto significativo desde aquela época. Resulta, disso, um aumento exponencial das áreas produzidas e mesmo do que fora cultivado e agora, em forma de mercadoria, fora direcionado ao consumo humano, tanto em forma de satisfação de necessidades nutricionais como satisfazendo desejos cada vez mais fetichizados pela globalização que inundou os países em desenvolvimento a partir da década de 90.

A parte ruim desta história todos sabemos: degradação, vício e pauperização dos solos, alteração na diversidade de fauna e flora com as consequências deletérias para o meio ambiente como um todo, desperdício de água, extinção de nascentes e, para coroar a cereja do bolo, o impacto em saúde humana, com aumento irrefreável de doenças crônicas, autoimunes e mesmo o avanço do câncer como uma quase epidemia. Come-se mais e não como antes, e de quebra se adocece pelo que comemos, o combo demonizado daquilo que em alguns países, Brasil inclusive, compõe a maior fatia do PIB (produto interno bruto) e costuma ser motivo de orgulho. Obviamente que a maior consciência do engodo produtivista na agricultura trouxe cada vez mais possibilidades reais de se cultivar, como sempre deveria ter sido, não apenas a terra, mas os próprios alimentos, de forma sustentável, respeitando, inclusive, o tempo e a época própria de cada cultivo.

No entanto, ao mesmo tempo em que se verifica um incremento da produção agrícola orgânica, experimenta-se uma situação inusitada, própria da quase imperceptível lógica operada pelo capitalismo. É recente a notícia de que, na Alemanha, um em cada oito fazendeiros aposta na agricultura orgânica, e o plano de Berlim é que até 2030 seja um em cada três. Porém, com a explosão nos custos de produção, muitas fazendas lutam para sobreviver. Em 2005, eram 400 mil fazendas de orgânicos na Alemanha; hoje, esse número decresceu para algo em torno de 256 mil. O que explica isso, entre outros motivos, são os custos acessórios de produção, como por exemplo combustível e eletricidade, que num intervalo de um ano subiram mais de 50%. E o que isso significa, caso queiramos ampliar nosso olhar? Uma pista está na percepção de que não basta produzir orgânicos se a lógica de os colocar à disposição das pessoas é a mesma lógica aplicada a qualquer outra mercadoria. E os princípios que permeiam esse “mercado” são exatamente os mesmos em que se pratica qualquer atividade mercantil: concorrência, guerra de preços, enxugamento dos custos de produção etc, etc.

Para nós, que estamos nos habituando a treinar a formação de Comunidades que dão Suporte à Agricultura, é cada vez maior a tentação por experimentar não as mesmas lógicas e premissas que norteiam o capitalismo desde a virada do século XIX para o século XX. Temos experimentado uma nova cultura, onde o preço cede lugar ao apreço, onde o interesse é atender as reais necessidades de quem cultiva e zela pelo solo, sempre em benefício de quem reconhece e se esforça para que este zelo se mantenha e se propague. Ressignificar os conceitos de “comunidades”, de “suporte” e mesmo de “agricultura” significa dar um passo não na escuridão própria de um modo de produção que balança a cada movimento de segmentos apropriados por quem acumula capital. Significa colocar o ser humano no mesmo patamar do ambiente que o recebeu e que sem as lógicas do atual capitalismo estaria muito mais resiliente do que hoje está.

É óbvio que o mercado de orgânicos está em crise, e isso porque ao darmos centralidade nas relações humanas para esta palavra “mercado”, são elas, as crises, que darão (como sempre deram) o tom de uma música onde a orquestra é regida por poucos. Um novo mundo somente se fará possível quando formos educados para sermos maestros! Quando, para isso, obtivermos consciência de que além de nem tudo ser mercadoria, aquilo que realmente importa para a totalidade das pessoas não pode estar disponível tão somente num ente fantasmagórico chamado mercado!

**Cuidado: Veneno!**

**Repórter Brasil traz sugestões para que o governo Lula comece a combater os agrotóxicos**

Por Hélen Freitas, na [Repórter Brasil](#)

Combater PL do Veneno. Fim da isenção fiscal aos agroquímicos. Revogar decretos que minimizam seu risco. Em quatro anos, 1,8 mil novos pesticidas foram aprovados no país. Combater fome com comida de verdade requer medidas urgentes

Ao tomar posse como presidente da República em 1º de janeiro, Luiz Inácio Lula da Silva encontrará um país que viu [1.800 novos agrotóxicos](#) serem aprovados nos últimos quatro anos. Apesar desse recorde batido por Jair Bolsonaro, o brasileiro hoje sequer pode saber se seu prato está mais envenenado: desde 2020 o governo não divulga o monitoramento dos alimentos.

Nesse cenário, para cumprir sua promessa de combater a fome garantindo uma alimentação mais saudável, [como já defendeu](#), Lula precisará reverter o “libera-geral” promovido por Bolsonaro no campo dos [agrotóxicos](#). A Repórter Brasil conversou com diversos especialistas para saber quais medidas o novo governo precisa adotar para vencer esse desafio.

O [discurso de Lula na COP-27](#) (Conferência das ONU sobre Mudanças Climáticas) trouxe alguma esperança para quem acompanhou com apreensão os anos de Bolsonaro. Nele, o futuro presidente afirmou que “a produção agrícola sem equilíbrio ambiental deve ser considerada uma ação do passado”. Lula defendeu ainda uma aliança estratégica com o agronegócio “na busca por uma agricultura regenerativa e sustentável, com investimento na ciência, tecnologia e educação no campo, valorizando os conhecimentos dos povos originários e comunidades locais”.

Ao mesmo tempo, nos 13 anos em que governou, o PT aprovou o mesmo tanto de agrotóxicos que Bolsonaro em seus 4 anos de mandato. O uso dos pesticidas aumentou, houve incentivos financeiros para grandes produtores e a permissão para o cultivo de novas sementes transgênicas.

Principal lobista dos agrotóxicos, o agronegócio foi forte aliado de Lula em seus mandatos anteriores, e o presidente eleito tem buscado renovar esses laços. Se não é razoável imaginar que o novo governo vai bater de frente com os interesses de um dos setores mais organizados do país, os especialistas consultados por essa reportagem lembram que a aliança de Lula com o agro sempre ocorreu em paralelo com o espaço para o debate e investimentos na produção alternativa, na agricultura familiar e nas pesquisas.

“Quando você tem a troca para um governo que se diz a favor do meio ambiente, a favor da mitigação da crise climática, que entende que ela existe, que não nega a importância da pesquisa, da ciência, você já tem uma atmosfera de fazer política completamente diferente”, avalia Marina Lacôrte, da Campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace.

Confira as cinco ações consideradas prioritárias para reduzir a quantidade de agrotóxicos que chegam no prato no brasileiro:

**1. Barrar o PL do Veneno** - Uma das medidas mais urgentes a serem tomadas é barrar a tramitação do projeto de lei 1.459/2022, conhecido como [PL do Veneno](#). O texto flexibiliza o uso dos agrotóxicos, deixa trabalhadores rurais mais expostos a riscos e diminui o papel de órgãos reguladores, como a Anvisa e o Ibama, no controle dessas substâncias.

O projeto é rejeitado pela comunidade científica e defensores dos direitos humanos e ambientais. Mais de 300 organizações, como Instituto Nacional do Câncer, Ministério Público Federal, Anvisa, Ibama, Fiocruz e até a [Organização das Nações Unidas](#), já se manifestaram contra a sua aprovação, apontando ameaças à saúde e ao meio ambiente.

Após anos parada, a proposta ganhou força a partir de 2018 e, em fevereiro passado, foi aprovada na Câmara em votação a toque de caixa. O Senado ainda tentou fazer o texto passar no apagar das luzes da legislatura. Em 19 de dezembro, o projeto foi aprovado na única comissão designada a analisá-lo: a de Agricultura, espaço dominado pela bancada ruralista. Agora, o PL do Veneno aguarda votação no plenário da Casa, o que [está previsto para o início de 2023](#).

Na votação do último dia 19, membros da base de apoio de Lula se posicionaram contra a aprovação do projeto. “Isso [o agrotóxico] logo vai matando os peixes, matando as vidas nos rios, além do impacto que tem na saúde humana, na saúde pública”, [declarou o senador Paulo Rocha \(PT-PA\)](#). No entanto, nas últimas semanas, o tema chegou a causar [embates dentro do governo de transição](#), opondo representantes da área ambiental com as vozes do agronegócio.



O adiamento da votação em plenário trouxe alívio para quem tenta impedir um retrocesso ainda maior na política para os agrotóxicos. “Durante a tramitação desse projeto de lei, a gente observou poucos espaços de debate. Esse momento de transição já trouxe a chance de poder falar, de se discutir tecnicamente”, afirma Karen Frederich, pesquisadora da Fiocruz e membro da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva).

Ter espaço para uma discussão mais democrática da proposta já é uma vitória, mas ganhar a batalha política ainda é desafio considerando a força do agronegócio. Caso eleja a pauta como prioritária, o novo governo tem a possibilidade de negociar com o Parlamento, por meio da articulação de sua base de apoio, para evitar a aprovação do projeto. Se, mesmo assim, o texto for aprovado, Lula também pode vetar seus pontos mais prejudiciais. “Por mais que o Legislativo vá oferecer desafios e muitos obstáculos, existe toda uma estrutura do Executivo para reconstruir programas, sem necessariamente disputar leis no Congresso”, afirma Lacôrte.

**2. Incentivar a produção mais saudável** - Outro ponto considerado fundamental é o incentivo à agricultura orgânica e agroecológica. “Ninguém é louco de fazer uma proposta de acabar com a agricultura brasileira. O problema é que a gente sabe que os produtos que estão sendo usados não estão funcionando mais. Não é à toa que cada vez se usa mais agrotóxicos”, ressalta Rogerio Dias, engenheiro agrônomo e presidente do Instituto Brasil Orgânico, se referindo ao aumento da resistência das pragas das lavouras aos pesticidas empregados hoje.

Para fomentar uma agricultura mais saudável, ressuscitar a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA) é uma das grandes apostas dos especialistas ouvidos pela Repórter Brasil. Transformada em projeto de lei em 2016, a proposta chegou a ser aprovada em uma comissão especial na Câmara, mas está parada desde 2018. Retomar a tramitação depende do interesse político do novo governo.

A PNARA prevê a diminuição gradual do uso de agrotóxicos e o estímulo à transição agroecológica. A política também estipula que todas as substâncias autorizadas passem por uma avaliação, no mínimo, a cada 10 anos. Atualmente não há prazo definido para esse processo, o que faz com que, uma vez aprovado, um agrotóxico dificilmente saia do mercado, ainda que surjam novas evidências científicas contrárias a seu uso.

Além disso, o projeto reforça a proibição de aplicação de veneno próximo a áreas de proteção ambiental, recursos hídricos, plantações orgânicas e agroecológicas, moradias e escolas. Outro ponto é a previsão de redução gradual de pulverização aérea de agrotóxicos nas lavouras, prática já proibida na União Europeia por aumentar o risco de deriva – quando o vento carrega o veneno para casas, rios e outros locais próximos, trazendo prejuízos à saúde e ao meio ambiente. No Brasil, mais de 15 municípios e o estado do Ceará já proibem a prática, apesar da grande [pressão do agronegócio](#) para rever as decisões. A agroecologia, porém, “não é só produção sem agrotóxicos”, pondera Sarah Moreira, consultora junto à Articulação Nacional de Agroecologia, que lembra que a prática demanda garantias de acesso à terra e à água, apoio à agricultura familiar e conservação das sementes nativas do país, dentre outras medidas.

**3. Fortalecer os ministérios da Saúde e do Meio Ambiente** - Três órgãos são responsáveis por fiscalizar o uso e realizar o monitoramento e o registro dos agrotóxicos no país: o Ministério da Agricultura, a Anvisa (vinculada ao Ministério da Saúde) e o Ibama (ligado ao Ministério do Meio Ambiente). Durante o governo Bolsonaro, as duas últimas agências sofreram [diminuição de equipes](#) e recursos – o orçamento previsto para o Ministério da Saúde em 2023, por exemplo, é [o menor desde 2014](#). O sucateamento prejudicou o trabalho desses órgãos, e o resultado foi um apagão de informações: pouco se sabe sobre o que está sendo usado nas lavouras e, por consequência, o que chega à mesa dos brasileiros.

Desde 2020, [a Anvisa não divulga o resultado do principal programa de monitoramento](#) de veneno nos alimentos. Grande parte dos municípios do país não estão repassando ao Ministério da Saúde informações sobre a [qualidade da água](#) que abastece as casas, incluindo sobre a quantidade de agrotóxicos que sai da torneira.

“A gente acredita que fortalecer os organismos e as agências para que cumpram seu papel de fiscalização, regulamentação e monitoramento, é sim uma prioridade”, afirma Rafael Rioja, coordenador de consumo sustentável do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

Depois dos ataques sofridos pelos órgãos nos últimos anos, Rioja vê uma sinalização para o fortalecimento dos ministérios do Meio Ambiente e da Saúde no novo governo, mas acredita que o processo não se dará da noite para o dia. “A gente tem que entender que estamos partindo de um cenário de completa desconstrução desses órgãos e de todas as suas instâncias.”

**4. Acabar com a isenção de impostos para os agrotóxicos** - As isenções e reduções de impostos para venda de agrotóxicos é outro item que precisa ser revisto pelo novo governo, de acordo com os especialistas. Um [estudo produzido pela Abrasco](#) revelou que as empresas que produzem agrotóxicos deixaram de pagar quase R\$ 10 bilhões por ano em impostos federais e estaduais em 2017, quase o dobro gasto no mesmo ano pelo Sistema de Saúde para tratar pacientes com câncer, uma das principais doenças resultantes do uso indiscriminado dessas substâncias.

Durante a pandemia, os governos estaduais prorrogaram pela 23ª vez a isenção de ICMS dos agrotóxicos, sob a justificativa de incentivar a produção agrícola. Neste ano, Jair Bolsonaro concedeu isenção de 100% de IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) para a maioria desses produtos, via decreto. De acordo com as organizações ouvidas pela Repórter Brasil, o governo Lula poderia rever as leis e decretos que permitem as isenções fiscais e, no caso do ICMS que é definido pelos governos estaduais, enviar uma recomendação ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), solicitando a retomada da cobrança do tributo.

Rogério Dias sabe, porém, que o tema enfrenta forte resistência do agronegócio. “Por mais que a gente tenha expectativa de ter outra perspectiva de governo, principalmente com as questões ambientais, sabemos que não vai ser fácil.”

**5. Revogar normas publicadas por Bolsonaro** - O governo Bolsonaro promoveu um verdadeiro “libera-geral”, com a publicação de medidas que facilitam o uso de agrotóxicos no Brasil e que precisam ser revistas. “A situação é tão caótica que a lista de revogações é imensa, porque realmente a gente está vivendo uma situação assustadora”, avalia Sarah Moreira.

O caso mais lembrado é o do [Decreto 10.833/2021](#), que permitiu que pesticidas que causam doenças como câncer possam ser liberados no país caso exista um “limite seguro de exposição”. Ou seja, mesmo que um agrotóxico seja comprovadamente cancerígeno, ele pode ser aprovado caso avaliem que, ao ser utilizado da forma correta, o risco de desenvolver a doença é “aceitável”.

Na atual legislatura, também foram publicadas uma série de resoluções que alteraram os critérios para classificação de riscos e informação nos rótulos de agrotóxicos considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. [Levantamento feito pela Repórter Brasil e pela Agência Pública](#) mostrou que 93 produtos formulados à base de glifosato tiveram a classificação de toxicidade reduzida, passando a ideia para os agricultores de que seu risco para a saúde é menor. Pesticida mais vendido no Brasil, ele é classificado como provavelmente cancerígeno pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc).

“Quando a gente fala de fome, a gente está falando de segurança alimentar, do modo como a agricultura está sendo promovida. A gente sabe que essa lógica de produção precisa mudar”, afirma o presidente do Instituto Brasil Orgânico. Sarah Moreira concorda. “Combater a fome não é dar qualquer comida, mas sim oferecer alimentos saudáveis.”